



PROJETO DE LEI Nº 27 DE 2020

Suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados, durante o período de surto de coronavírus (COVID-19).

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE:

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam suspensos os prazos de validade dos editais de concursos públicos realizados pela Administração Pública direta e indireta, referente a processos homologados e em fase de convocação dos aprovados, durante o período de isolamento social e quarentena devido ao surto de coronavírus (covid-19).

§ 1º Aplicam-se as medidas previstas neste artigo aos concursos públicos promovidos pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como pelo Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública, Fundações e Autarquias do Estado do Acre.

§ 2º Os prazos terão continuidade na sua contagem após o encerramento do estado de calamidade pública decretado pelo Estado do Acre.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"
Estado do Acre, 30 de março de 2020.



FAGNER CALEGÁRIO
Deputado Estadual – PL



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade a suspensão dos prazos de validade dos editais de concursos públicos realizados pela Administração Pública direta e indireta, referente a processos já homologados e em fase de convocação dos aprovados, durante o período de isolamento social e quarentena devido ao surto de coronavírus (covid-19).

Durante este período crítico, que obriga a sociedade brasileira a adotar medidas de contenção e combate à propagação da pandemia provocada pelo novo coronavírus (covid-19), é dever deste Poder Legislativo salvaguardar os direitos dos cidadãos acreanos e afins.

Neste contexto, em virtude do isolamento social, a Administração Pública tem limitado suas ações no tocante aos atos administrativos, o que implica diretamente na validade dos editais de concursos públicos em andamento.

Portanto, nos casos em que o edital esteja em fase de convocação dos habilitados, os aprovados assumem, por motivos alheios à sua vontade, o risco de perda da validade do certame, uma vez que neste período, em detrimento das medidas de contenção tomadas pelo Poder Executivo, o ato administrativo de convocação estará prejudicado.

Deste modo, o referido projeto visa garantir segurança jurídica e social aos afetados pelo mesmo, com a suspensão dos prazos até o fim do surto e o consequente encerramento do estado de calamidade pública decretado pelo Estado do Acre.

Por tais razões, submeto o Projeto de Lei a este Poder Legislativo e espero que, no estrito cumprimento do seu dever precípua e, sobretudo constitucional, aprove a ementa, concedendo aos interessados os aparatos legais e sociais pertinentes à matéria.